

O negro no mercado de trabalho: racismo, assimetrias e educação

Los negros en el mercado laboral: racismo, asimetrías y educación

Claiton Oliveira da Costa
Universidade La Salle (Unilasalle)/SENAI
Gravataí - Brasil
Gilberto Ferreira da Silva
Universidade La Salle (Unilasalle)
Porto alegre - Brasil

Resumo

Este artigo analisa o racismo no mercado de trabalho, procurando compreender, desde suas origens, as consequências para a população negra. Lança um olhar sobre a sociedade brasileira à época em que culminavam os movimentos abolicionistas e procura discutir as contradições decorrentes da convivência do regime escravocrata com o modelo mercantil que se reconfigurava. Traça um panorama dos resultados atuais da Educação Básica brasileira, lançando um olhar sobre as assimetrias verificadas nos resultados obtidos por alunos brancos e negros em avaliações de larga escala. O estudo evidencia a qualificação da Educação Básica como uma alternativa para construir saídas de combate ao racismo institucionalizado, onde as populações negras ocupam, no contexto brasileiro, um lugar à margem das condições de trabalho aceitáveis.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Racismo Institucionalizado; Educação Básica.

Resumen

Este artículo analiza el racismo en el mercado laboral, buscando comprender, desde sus orígenes, las consecuencias para la población negra. Hace un repaso a la sociedad brasileña en el momento de culminación de los movimientos abolicionistas y busca discutir las contradicciones derivadas de la convivencia del régimen esclavista como modelo mercantil que se reconfiguraba. Proporciona una visión general de los resultados actuales de la Educación Básica brasileña, observando las asimetrías verificadas en los resultados obtenidos por estudiantes blancos y negros en evaluaciones de gran escala. El estudio destaca la calificación de la Educación Básica como una alternativa para construir soluciones e combatir el racismo institucionalizado, onde las poblaciones negras, en el contexto brasileño, ocupan un lugar en el margen de las condiciones laborales aceptables.

Palabras clave: Mercado Laboral; Racismo Institucionalizado; Educación Básica.

Introdução

O racismo está presente na sociedade brasileira de forma muito contundente, desde que o primeiro negro capturado na África embarcou em um navio negreiro com destino à escravidão no Brasil. Entretanto, pensar a relação África/Brasil é insuficiente se considerarmos o que de fato representou para os povos que passaram a viver o processo diaspórico e os povos que viveram a experiência da conquista, em terras do que foi nominado como “américa”. A avaliação de Wallerstein (2007, p. 30) é contundente ao afirmar que, “Em poucas décadas, os conquistadores espanhóis haviam destruído a estrutura política dos dois maiores impérios das Américas, o asteca e o inca”. O projeto colonial, pautado pela exploração violenta e o extermínio de populações inteiras, a exemplo do que houve fartamente com povos da América do Norte, foi marcado por resistências e lutas contra essa dominação. Ainda que se preze o processo de descolonização política, seguem vigentes outros modos de manutenção de poder sobre os colonizados e, o de maior alcance, consiste na colonização do imaginário dos conquistados.

Considerando que esta é uma realidade social sistêmica que tem reflexos visíveis nos dias atuais, cabe analisar a influência da exclusão racial no ambiente laboral. A perpetuação dessa colonialidade persegue um modelo cultural universal ocidental eurocentrado, no qual os elementos que contribuíram para constituir a identidade do povo brasileiro foram paulatinamente descartados e arremessados para fora da história oficial. Assim, restando uma ideia de culturas tradicionais, limitadas à oralidade, portanto iletradas, desconhecendo suas tradições e seus sentidos (WALLERSTEIN, 2007; FERRO, 2017). As relações que se estabelecem entre empregados e empregadores são impregnadas de tensões geradas por diferentes interesses e assimetrias de poder, que atualizam relações históricas de subalternização.

O racismo estrutural emerge como uma das criações e efeitos nefastos da trágica experiência da colonização. Almeida (2018) propõe compreender o racismo a partir de três concepções: a individual, a estrutural e a institucional. Sobre o racismo individual, Almeida destaca que é um modo de discriminação direta individual ou coletiva estritamente ligado ao comportamento. Este modo de conceber o racismo retira-lhe todo o caráter histórico e estrutural, quase que o transformando em uma manifestação de caráter patológico. Já o racismo institucional é concebido como sendo aquelas formas de dominação que se atravessam nas instituições como traduções do poder e que, obviamente, são compostas

por grupos que detêm o poder e, portanto, exercem-no desde o lugar de onde atuam (ALMEIDA, 2018). Quanto ao racismo estrutural, seria óbvio pensar que, se a instituição reproduz o que os sujeitos que detêm o poder pensam e como se organizam. De igual modo as diferentes e diversas instituições que compõem a sociedade fazem dela uma sociedade tradutora de manifestações e formas racistas de organização estrutural, “as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de micro agressões – piadas, silenciamentos, isolamentos, etc.” (ALMEIDA, 2018, p. 37). Neste contexto, qualquer discurso que procure aferir a ideia de igualdade racial vira mera ficção (PAULY e SILVA, 2013). No mercado de trabalho, o que temos em maior ou menor grau é a necessidade de confrontar a realidade que se pauta na exploração, precarização, informalidade e escassez de oportunidades destinadas à população negra.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos de construção deste trabalho, amparamo-nos em uma perspectiva ensaística de produção da escrita e sua conseqüente dinâmica que acompanha a interpretação e a análise. Busca-se apresentar de modo organizado, mas seguindo uma certa sensibilidade que vai se revelando no ato mesmo da produção da escrita. Sensibilidade esta que permite abrir novas possibilidades, pois, como diz Adorno (2003, p. 25), “o ensaio não almeja uma construção fechada”, aspira mais do que isso, “não apenas negligência a certeza indubitável, como também renuncia ao ideal desta certeza” (ADORNO, 2003, p. 30). Este texto lança mão de dados oriundos da literatura e de fontes estatísticas que contribuem para conformar um contexto (ainda que flexível) sobre a discussão que se deseja fazer.

Este artigo foi dividido em três partes: a primeira procura abordar as inconsistências e incongruências às quais foi submetida a população negra no período pós-abolição. Em seguida, são discutidas as mudanças verificadas na lógica do mercado de trabalho nos últimos anos do século XX e seus impactos na atuação dos trabalhadores em geral e, especificamente, dos trabalhadores negros. Por último, são analisados alguns resultados de avaliações de larga escala da Educação Básica no Brasil, destacando o desbalanceamento entre os percentuais alcançados por brancos e por negros, o que pode ajudar a explicar alguns fenômenos que têm se manifestado por meio do racismo estrutural no ambiente laboral.

Incômodas contradições entre escravos e mercadorias

A partir da metade do século XIX, o funcionamento da sociedade brasileira é ditado pela contradição entre mercadorias e povos na condição de escravizados. Começa, a partir daí, a surgir certa incompatibilidade entre o modo de produção e as relações de produção. Um novo modelo baseado na divisão do trabalho e a chegada de imigrantes, principalmente aos estados do sudeste e do sul do Brasil, além do incremento das atividades produtivas, provocam uma contradição na coexistência entre o que deveria ser comercializado e o regime escravocrata. Os grandes fazendeiros passam a gerir sua produção pensando em produtividade. As grandes propriedades se transformam em empreendimentos. Diferentes setores econômicos, não agrícolas, começam a se estruturar. Consequentemente, as demandas por mão de obra se intensificam. Essas demandas podem, então, ser atendidas por trabalhadores escravizados e pelos trabalhadores livres.

Nas cidades, ao menos nas maiores existentes à época, em franca expansão, a contradição entre mercadorias e escravizados gera tensões nas esferas política e social. Surge a oposição entre o meio rural e o meio urbano, entre a indústria (mesmo que rudimentar) e a agricultura. Os valores desenvolvidos no meio urbano, mais industrial e tecnológico, começam a impelir a sociedade para uma visão abolicionista. A partir desta visão, os escravos passariam à categoria de trabalhadores livres, o que poderia vir a permitir, inclusive, que eles passassem a ser novos consumidores, fomentando o movimento da economia. Na lógica de mercado, a superação da contradição entre mercadorias e escravos viabilizaria o incremento da lucratividade. Como afirmam Yoshioka e Claret (2015, p. 119):

A mercantilização do ser muda para a mercantilização da atividade do ser, ou melhor, de sua força de trabalho. Isso somente acontece quando o trabalhador se torna livre. É assim, então, que a contradição entre liberdade e escravidão é superada e a condição de escravo passa a ser a de assalariado.

Obviamente, este processo de transição não se deu de maneira uniforme e, muito menos, de forma tranquila. Os grandes fazendeiros, principalmente da região sudeste do Brasil, que definiam como se davam as relações sociais, econômicas, políticas e que eram, até então, os “proprietários dos escravos”, resistiam à ideia de admitir que os negros passavam, então, à condição de trabalhadores livres. A esse respeito, é interessante analisar a consideração de Martins (2012, p. 456): “Com o fim do trabalho escravo e a Proclamação

da República, o monopólio do poder, o controle sobre o Estado e o domínio político passam a ser exercidos pelos grandes proprietários”.

Ingressa nesse novo contexto, a idealização de um sujeito que iria constituir as bases da nova nação, portanto um sujeito que possa reunir características, tanto físicas quanto “morais” aos padrões tidos como modelos a serem perseguidos, qual seja, o europeu. “Isso porque as pretensões de redefinição social e cultural do trabalho conduziam-se no sentido de uma política de valorização do imigrante [...]” (MARTINS, 2012, p. 456). Porém, não se pode dizer que o lugar dos recém-libertos ficou colocado em um patamar que poderia ser igualado ao dos brancos nacionais, ou então à diversidade de grupos que preenchem uma escala de tonalidades já bastante ampla no quesito cor da população. É um processo “em que o negro, ao entrar nas novas condições e relação de produção, vê-se profundamente bloqueado pela ideia de trabalho assalariado” (MARTINS, 2012, p. 456), e associado à figura de um modelo que correspondia ao que provinha de um único continente, o europeu.

O trabalho passa a ser um princípio positivo e regulador da sociedade. Estar inserido no mercado de trabalho dá ao indivíduo o status de cidadão. No entanto, para os negros, esta forma positiva com que a sociedade passava a enxergar o trabalho não lhes atribuía nenhum caráter significativo. O simples status de trabalhador não fazia os dilemas do racismo serem superados, até porque o ingresso no mercado de trabalho é algo que ainda estamos a observar como se dá e como se deu (se é que se deu) ao longo dos últimos 50 anos (MELLO et al., 2020). Este espaço foi sendo construído, conquistado, ocupado lentamente, a passos em que encontramos dificuldades ainda hoje de perceber seus avanços, ou seja, em uma linguagem mais elegante: na base de muitos conflitos sociais.

Em um ambiente de estruturação e de constituição deste modelo de capitalismo, a situação dos negros à época os leva na direção de um trabalho assalariado deturpado e excludente, não raramente a situações que atualizavam a condição de escravizados, agora em tempos modernos. Por outro lado, este modelo de capitalismo privilegia imigrantes europeus como a possibilidade concreta de redefinir cultural e socialmente o trabalho no país e, mesmo, a identidade nacional. Ao negro, agora liberto, eram atribuídas características como a indolência, a libertinagem e a preguiça. Características estas que não se alinhavam às condições necessárias para a geração e a ampliação do lucro pretendido, uma contradição entre dois períodos de produção (MELLO et al., 2020). O escravocrata,

O negro no mercado de trabalho: racismo, assimetrias e educação

sustentado na força do trabalho escravo, e o do capitalismo emergente, que nega esta força de trabalho e a transfere a um outro “modelo” de trabalhador idealizado.

Algumas teorias foram produzidas para justificar esta contradição, em alguns casos levando quase a um consenso em relação às causas desta situação. Um desses consensos foi a ideia de que estes comportamentos dos negros eram ainda traços indelévels de seus antepassados, que tinham sido capturados na África e trazidos à força para o Brasil. Possivelmente pertenciam a etnias mais inferiores na escala evolutiva. Assim, eles não poderiam sair desta condição e, por isso, era improvável que pudessem alcançar um estágio de civilidade razoável. Isto poderia, na visão do poder dominante da época, vir a comprometer o ideal de evolução esperado para a sociedade brasileira, à época, ainda em formação (PAULY e SILVA, 2013). Ideia esta fartamente defendida e argumentada pelo médico Nina Rodrigues (1982) em seus estudos.

No período pós-abolição, não houve nenhum interesse, muito menos políticas ou ações, que visassem à inserção do negro no mercado de trabalho e na sociedade. Depois de séculos de trabalho servil, de supressão de liberdade e de falta de respeito à condição humana, os negros se viram livres, mas sem a menor condição de se encaixar na sociedade vigente.

Esta situação levou os recém-libertos a ocuparem posições à margem do mercado de trabalho. Saindo de um período de centenas de anos de trabalho escravo, os negros começavam a sofrer um nítido processo de subalternização. Limitavam-se a assumir as tarefas que os imigrantes europeus não se sujeitavam a fazer. Submetiam-se aos mais baixos salários, a intensos esforços físicos e às piores e mais degradantes condições de trabalho. Um lugar que retira não somente as condições de sobrevivência e bem viver em condições dignas, mas reduz a própria capacidade de compreender um outro lugar que não o de subalternizado na estrutura da sociedade que se forma. Ou seja, observa-se uma espécie de manutenção do imaginário de que as populações afro-diaspóricas acabam por reservar um lugar que lhes seria próprio. A esse imaginário, Quijano (1992) denomina de colonialidade do poder. Uma forma perversa da colonização manter-se atualizada, mesmo após seu processo de descolonização política. A ideia de uma colonialidade que resulta de forma interna, efeito do longo período de subjugação de um determinado grupo por outro tido como superior.

Já no início do século XX, nos estados em que havia um número mais elevado de imigrantes (notadamente nas regiões sudeste e sul), as mulheres libertas se concentravam em tarefas relacionadas ao trabalho doméstico. Assumiam, ainda, as ocupações de lavadeiras, vendedoras de ervas medicinais e benzedadeiras. Aos homens negros, restava o árduo trabalho na agricultura. Também atuavam como ambulantes e carroceiros (YOSHIOKA; CLARET, 2015). Note-se que a população negra da época se via forçada a ocupar espaços e funções laborais que lhes eram possíveis em função de suas condições e das escassas oportunidades concedidas por uma sociedade eurocêntrica, que considerava o seu embranquecimento como um ideal e passou a se organizar a partir da classificação de cor (SILVA; GONZAGA, 2021). A esse respeito, Martins (2012, p. 457) reforça:

Enquanto possuidor da mercadoria força de trabalho, os negros, a partir da transformação da ordem social, começam a competir com a força de trabalho imigrante. Por sinal, situação decorrente da política desenvolvida pela elite e pelo Estado com a finalidade de integração econômica, mediante a qual se volta para o “branqueamento da população brasileira”, resultando, como observa Pochmann (2008), na “marginalização do negro” no mercado de trabalho emergente.

Esta situação de subalternização pelo trabalho continua vigente ao longo das décadas do século XX, chegando aos dias atuais, mantendo uma sociedade fundamentada nas bases do patriarcado, do colonialismo e do racismo (ORTEGAL, 2018). As taxas de desemprego da população negra são maiores que a média nacional. Os negros são maioria no trabalho informal por conta própria, de produção para o próprio consumo e não remunerado. Quando trabalham prestando algum serviço a alguém ou a alguma empresa, muitas vezes se sujeitam à informalidade, sem registro profissional e sem direitos trabalhistas. Quando adquirem a condição de se vincular a um trabalho formalizado, com direitos trabalhistas, exercem funções consideradas mais simples e operacionais. Muitas vezes, para os negros as condições laborais são precárias e a remuneração tende a ser menor que a da média da população branca. Evidencia-se, aqui, a exclusão decorrente da dimensão racial agravada pela exclusão econômica e social imposta a partir da exploração de uma classe social sobre a outra. É o que Yoshioka e Claret (2015, p. 121) denominam com a “exclusão dentro da exclusão”.

Sobre esta precarização e conseqüente subalternização a partir do trabalho, Eurico (2018, p. 522) considera que:

O negro no mercado de trabalho: racismo, assimetrias e educação

[...] o trabalho manual se acopla à “incapacidade” da população negra. E, no interior da classe trabalhadora, há níveis diferentes de exploração da mão de obra, segundo o pertencimento étnico-racial, ou seja, quanto mais escura a cor da pele, mais as ofertas de trabalho serão precarizadas e desprotegidas, e as remunerações não permitem a manutenção de patamares mínimos de existência. As funções mais precarizadas, que se assemelham àquelas desenvolvidas durante a escravidão, são “naturalmente” reservadas para esse grupo, uma vez que permanece a reprodução da “inferioridade” étnico-racial da população negra.

Na realidade laboral que grande parte da população negra enfrenta, permanece a precariedade no trabalho, limitado a ocupações que exigem menor qualificação técnica e maior capacidade de resistência física, muito semelhantes (guardadas as proporções) às que desempenhavam durante a escravidão. Parece haver um consenso dominante e excludente de que há incompatibilidade entre a capacidade dos diaspóricos e a possibilidade do exercício de atividades laborais que demandem maior desenvolvimento intelectual, autonomia e responsabilidade. As chamadas teorias raciais sustentaram, durante um tempo, que a humanidade podia ser classificada por raças distintas entre os grupos humanos. A partir do início do século XX, esta teoria passa a perder força, uma vez que:

[...] se por um lado as distinções de raça foram se esvaziando de sentido em seu fundamento biomédico, em seu sentido sociológico tais ideias passaram por um intenso processo de sofisticação, tornando-se extremamente importantes no processo de constituição do Brasil como Estado-nação com as profundas marcas de desigualdade, violência e privilégio que carrega ainda hoje (ORTEGAL, 2018, p. 420).

Tal processo de transição remete, então, para a ideia de se considerar raça como uma categoria sociológica que permite compreender e analisar os efeitos cruéis do racismo, tanto individual, institucional ou estrutural conforme preconizado por Almeida (2018).

O mercado muda: se todos são impactados, os da margem são ainda mais

No Brasil, as décadas de 80 e 90 foram marcadas por profunda reestruturação do sistema produtivo, a partir de uma forte racionalização e reorganização dos processos produtivos, impactados por técnicas de fabricação e de gestão importadas dos Estados Unidos, do Japão e de alguns países da Europa. Estas técnicas, em muitos casos, foram implantadas nas empresas como soluções empacotadas, que viriam a aumentar os níveis de produtividade das empresas e que lhes permitiriam competir em nível global (PASSOS; NOGUEIRA, 2018). É interessante, aqui, abordar algumas delas, apresentando a concepção

geral que orientou sua criação e operacionalização e que buscava maior eficácia na produção e nos lucros sem levar em conta as necessidades dos trabalhadores.

Um exemplo marcante é o Sistema Toyota de Produção. O Toyotismo é um sistema de produção desenvolvido pela Toyota entre 1947 e 1975. Fundamenta-se nos conceitos do *Lean Manufacturing* (manufatura enxuta), que visa a aumentar a produtividade e a eficiência dos processos produtivos, focando-se na redução de desperdícios causados por superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimentos e defeitos. O TQC (*Total Quality Control*) é um sistema de gestão da qualidade que tem por objetivo garantir a satisfação total dos fabricantes e clientes com um produto ou serviço, superando expectativas de ambas as partes. A TPM (*Total Productive Maintenance*) é um sistema desenvolvido no Japão a fim de eliminar perdas, reduzir paradas, garantir a qualidade e diminuir custos nas empresas com processos contínuos. O *Just in Time* é um sistema com objetivo de produzir a quantidade exata de um produto de acordo com a demanda, de forma rápida e sem a necessidade da formação de estoques, fazendo com que o produto chegue a seu destino no tempo certo. O método *Kanban* é um sistema que utiliza cartões de cores diferentes ou tamanhos diferentes para designar e especificar tarefas. Dessa forma, se aprimora a administração a partir de sinalização visual para controle de fluxos. Assim, se sabe quais tarefas precisam ser feitas, estão sendo feitas e as que foram concluídas. Os CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) funcionam a partir de reuniões com frequência regular para a busca da qualidade nas organizações a partir de sugestões dos próprios trabalhadores. A Terceirização do trabalho é o processo no qual uma empresa contrata outra empresa para realizar determinado serviço, em vez de contratar os funcionários individualmente. Normalmente, são terceirizadas as atividades acessórias, que não são exatamente a atividade-fim da empresa (PASSOS; NOGUEIRA, 2018).

Aliado a um sensível processo de descentralização produtiva, que buscava redução de custos com mão de obra, e a incentivos fiscais do Estado como fomento à estruturação de empresas e à atração de empreendimentos multinacionais, este novo cenário produtivo trouxe como resultado a desejada acumulação capitalista. No entanto, evidenciou também a precarização do trabalho, a partir da flexibilização e desregulamentação de direitos sociais conquistados. Deixou, dentre outros, como seqüela o desemprego estrutural, a partir do enxugamento da força de trabalho.

O negro no mercado de trabalho: racismo, assimetrias e educação

Todas estas mudanças, que impactam diretamente o trabalho e o trabalhador, somadas à constatação de que o Brasil nunca implementou políticas públicas que atendessem de forma contundente a dimensão social do trabalho, acabam por exigir do trabalhador um movimento rápido e solitário na busca por aumento da escolaridade, da capacitação profissional e da polivalência produtiva.

Se a classe trabalhadora foi impactada de forma sistêmica pelas demandas decorrentes dessa onda de tecnologias importadas para a gestão da produção, é lícito se considerar que a população negra trabalhadora, que historicamente tem sido relegada a uma condição de marginalidade e de exclusão social, tenha sido ainda mais afetada. Neste contexto, as desigualdades se intensificam (PASSOS; NOGUEIRA, 2018). O desemprego estrutural, a informalidade, a precarização, as condições inadequadas de exercício do trabalho e a baixa remuneração atingem mais fortemente as atividades mais elementares, desprovidas de agregado tecnológico, que são as mais comumente exercidas pelos negros.

A respeito do aprofundamento destas desigualdades, Martins (2012, p. 463) se posiciona:

Se essa fase de desenvolvimento histórico do capitalismo traz como condição fundamental o desemprego, as novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital desencadeiam ainda uma realidade de precarização e informalidade que atinge toda a “classe-que-vive-do-trabalho”. Nesse contexto, embora os trabalhadores de modo geral sejam afetados, são os grupos que historicamente se encontravam em desvantagem social que se inserem, em maior proporção, nas ocupações/trabalhos precários e informais.

O trabalhador, em geral, assume diária e permanentemente o desafio de se inserir, permanecer, transitar e ascender em um mundo do trabalho que é altamente competitivo e, por isso mesmo, classificatório e excludente. A população negra trabalhadora precisa encarar e vencer desafios ainda maiores, muitas vezes impossíveis de serem superados, por puro preconceito ou por marcas de discriminação impressas por uma sociedade voltada a uma pequena privilegiada.

Educação: causa ou antídoto da subalternização?

As assimetrias evidentes entre a população branca e a população negra já ficam evidentes nos anos iniciais da Educação Básica e podem, de alguma forma, apontar alguns indícios importantes no sentido de explicar a discriminação que os negros sofrem em suas vidas laborais.

De acordo com dados organizados pelo movimento *Todos pela Educação*, publicados pelo “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020” (2020), identificam-se menores oportunidades educacionais para a população negra (população que inclui declarados pretosⁱ e pardos) desde a Educação Infantil até a conclusão do Ensino Médio. Os resultados do levantamento indicam que, na etapa inicial da Educação Infantil, 32% das crianças pardas de 0 a 3 anos estavam matriculadas em 2018. Já das crianças pretas, 39,3% estavam matriculadas nesta etapa. Este percentual é equivalente ao das crianças brancas (39,1%). No entanto, as diferenças ficam nítidas quando se analisam as matrículas no Ensino Médio. Segundo os dados publicados pelo anuário, 79,2% dos jovens brancos estavam matriculados nesta etapa de ensino em 2019, enquanto apenas 66,7% dos pardos e 65,1% dos pretos eram alunos do Ensino Médio. As diferenças se acentuam ainda mais ao se analisar os dados de conclusão desta etapa final da Educação Básica. Enquanto 75% dos alunos brancos de 19 anos concluem o Ensino Médio, apenas 59,7% dos pardos e 58,3% dos alunos negros dessa idade chegam com sucesso ao final deste nível, completando a Educação Básica. Notadamente, esse desequilíbrio nos percentuais dos concluintes é reflexo da desigualdade na aprendizagem, que começa a se intensificar ainda no Ensino Fundamental.

O “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020” (2020) aponta, ainda, que no ano de 2019, foram matriculadas 98% das crianças em idades entre 6 e 14 anos no Ensino Fundamental. Ao se comparar as taxas de matrícula entre brancos, pretos e pardos, os números são muito semelhantes: 98%, 98,7% e 97,9, respectivamente. Contudo, a realidade se apresenta bem diferente quando o enfoque são as oportunidades educacionais. No 5º ano do Ensino Fundamental, 41,4% dos pretos e 62,5% dos pardos evidenciavam a aprendizagem adequada em Língua Portuguesa. Os brancos nessa condição chegaram a 70% da totalidade. Em Matemática, as assimetrias permanecem: 59,5% dos brancos apresentaram aprendizagem adequada contra 29,9% dos pretos e 49,2% dos pardos.

Na etapa final do Ensino Fundamental, a situação de disparidade se mantém: pretos e pardos, que são alunos de escolas com infraestruturas mais precárias e, estatisticamente, são oriundos de famílias mais vulneráveis, apresentam índices menores em comparação aos brancos. Ao final do 9º ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, 51,5% dos brancos apresentam aprendizagem adequada, frente a 36,3% dos pardos e 28,8% dos pretos. Em Matemática, brancos demonstram desempenho de 32% em relação ao esperado,

O negro no mercado de trabalho: racismo, assimetrias e educação

enquanto pardos e pretos alcançam índices de 17,9% e 12,7%, respectivamente. Essa disparidade na aprendizagem se reflete diretamente nas taxas de conclusão deste nível de ensino: enquanto 86,6% dos jovens brancos de 16 anos concluem o Ensino Fundamental, apenas 74,7% dos jovens pardos e 69,4% dos jovens pretos finalizam esta etapa.

No final da Educação Básica, na 3ª série do Ensino Médio, as assimetrias em relação à qualidade da aprendizagem são ainda mais evidentes: enquanto 40,8% dos alunos brancos apresentam a aprendizagem adequada em Língua Portuguesa, apenas 24,0% dos alunos pardos e 21,7% dos alunos pretos aprendem o que é esperado neste nível de ensino. A situação é pior ainda em relação à aprendizagem em Matemática: nesta área, 16% dos alunos brancos demonstram aprendizagem adequada, enquanto apenas 5,7% dos alunos pardos e 4,1% dos alunos pretos atingem os objetivos propostos pela disciplina nesta série final do Ensino Médio.

Diante destes dados, pode-se considerar que o Brasil vem tendo avanços que permitem assegurar o acesso da população ao Ensino Fundamental, independentemente da cor de sua pele. No entanto, a última etapa da Educação Básica apresenta os maiores desafios e desigualdades. A partir da análise destes números, nota-se que a maior dificuldade não é a falta de vagas para atender toda a demanda de jovens que precisam cursar o Ensino Médio. Os percentuais apresentados são muito impactados pela defasagem de aprendizagem que vai se acumulando ao longo do percurso escolar. Este problema é geral e se confirma quando são analisados os percentuais referentes à aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática.

Todas essas assimetrias sentidas durante a vida escolar dos alunos resultam em uma escolaridade média de 11 anos para a população parda entre 18 e 29 anos e de 11,1 anos para os pretos, enquanto para os brancos a escolaridade é de 12,3 anos, em média, na mesma faixa etária. Esta diferença de mais de um ano na média impacta a aprendizagem dos pretos e pardos de forma significativa e decisiva, levando-se em conta os 12 anos de Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Ainda de acordo com os dados do “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020” (2020), o Ensino Superior, nível de ensino decisivo para ampliar oportunidades de trabalho, também apresenta assimetrias importantes. Enquanto 29,8% das pessoas brancas com idade entre 18 e 24 anos frequentam o Ensino Superior, apenas 16,1% dos pardos e 16,6% dos pretos cursam uma graduação.

Certamente, toda esta situação de menor escolaridade mostrada por estes números se reflete como um limitante nas possibilidades de aprovação em processos seletivos para oportunidades de emprego em ocupações que exigem uma maior profundidade em relação a conhecimentos considerados como fundamentais no ambiente laboral.

Estes dados, que reverberam uma dura e cruel realidade, nos remetem a pensar sobre que lugar ocupa ou deveria ocupar a escola para a ascensão das populações que viveram a trágica experiência da escravidão a uma condição digna de vida. Se, por um lado, os processos de exclusão do território escolar são renovados e reatualizados, por outro sobram motivos para se repensar a escola. Se, de fato, queremos uma escola para todos, esta mesma escola deverá dar sinais de que realmente inicia uma jornada de reestruturação e de recriação, pois somente ajustes na grande maquinaria em movimento são insuficientes para o enfrentamento das diferentes e diversas formas de racismo que hoje se atualizam de forma complexa e sofisticada na sociedade (OLIVEIRA, 2020). Dentre as necessidades de recriação, estão os processos de gestão escolar, de recursos humanos e de uma epistemologia que não negue a existências de outras (KILOMBA, 2019).

O que se coloca no âmbito da escola é o que se identifica na perspectiva de Almeida (2018), como sendo o racismo institucional, ou também nominado por alguns como racismo sistêmico. Tem sido recorrente na literatura que a escola se traduz para as populações negras como um dos espaços onde se experimenta de forma contundente a experiência do racismo, seja por ser um espaço coletivo de convivências, portanto, um espaço onde as relações da sociedade se reproduzem no formato de micro agressões, seja pela estrutura com que se organizam os saberes e conhecimentos, pautados pelo modelo eurocentrado e por ela reconhecido e reproduzido. Tal situação aprofunda ainda mais as desigualdades sociais e as distâncias entre brancos e negros.

O combate ao racismo politicamente comprometido só poderá ser feito no ambiente da escola se, pelo menos, dois movimentos forem desencadeados. O primeiro deles recompondo e revisitando a dinâmica interna à própria escola em seus diferentes âmbitos (gestão, pedagógico, epistêmico etc.) e, no segundo movimento, o ingresso de uma lógica que dialoga e valoriza seu entorno, criando laços de comunicação com a vida da comunidade (associações, pais, igrejas, movimentos comunitários e sociais etc.), e com a sociedade de modo mais amplo. Esta abertura, que se pauta pela sensibilidade da escuta do

O negro no mercado de trabalho: racismo, assimetrias e educação

outro como referência para construir outras bases, pode fortalecer modos de combate ao racismo de forma coletiva, enfrentando e criando as condições para o fortalecimento de ações educativas equitativas (RUFINO, 2019). Uma escola, descontextualizada da realidade do mundo concreto, não tem condições de oferecer uma educação que faça sentido aos jovens em situação de vulnerabilidade social. É difícil se aceitar um futuro com tantas assimetrias. Veiga (2019, p. 248) é contundente ao dizer que é preciso “Perfurar a branquitude com os ossos da fratura exposta que o racismo produziu em nós e ver o sangue branco se misturar ao nosso sangue negro até que ambos fiquem vermelhos. Até que possamos, verdadeiramente, caminhar juntos, em pé de igualdade”.

Face ao exposto, uma das possibilidades concretas de se ter a democratização do acesso ao mercado de trabalho em igualdade de condições, independentemente da cor da pele das pessoas, é o fomento do Estado à Educação Básica pública e de qualidade. Só com planejamento de investimentos, infraestrutura adequada, metodologia atualizada, capacitação pedagógica, gestão de recursos e avaliação de resultados, a escola pública brasileira poderá se transformar em uma instituição que promova verdadeiramente a inserção cidadã e a autonomia necessárias à vida do negro em sociedade. Nessa direção, finalizando, abre-se um outro desafio: repensar os espaços de formação no ambiente acadêmico superior, dando continuidade ao que se promulga como elementos necessários à educação básica. Ou seja, é preciso recriar o ambiente universitário.

Considerações finais

Discutir o racismo no mercado de trabalho exige uma visão multidimensional de causas e consequências. Um artigo como este é insuficiente para trazer toda a multidimensionalidade que a gravidade e urgência do problema exigem. Mesmo com essa limitação, este trabalho procurou abordar diferentes aspectos que permeiam as situações de racismo enfrentadas pela população negra no mundo do trabalho atual. As relações de mercado que se estabeleciam na sociedade pós-abolição e as dificuldades enfrentadas pelos negros recém-libertados em relação à sua inserção como integrantes de uma sociedade altamente excludente. As mudanças verificadas nos processos produtivos no Brasil e a consequente precarização da atuação dos trabalhadores em geral, agravada ainda mais em relação à população negra, com traços de exclusão originados séculos atrás. As deficiências da Educação Básica pública no Brasil, que são mais um instrumento de intensificação das assimetrias entre brancos e negros.

A institucionalização do racismo determina, mesmo antes de seu nascimento, o lugar do negro dentro da classe trabalhadora. A histórica subalternização da população negra, originada mesmo antes do primeiro africano embarcar em um navio escravocrata na África, tem dado sinais de atualização.

Séculos se passaram, mas as formas de violência racial ainda estão bem presentes no Brasil. O mito da democracia racial tem colocado um véu espesso sobre a realidade vivida pelos negros nos ambientes de trabalho. O dia a dia das relações de trabalho leva a concluir que o ato da abolição da escravatura tem seguramente muito mais sentido simbólico do que necessariamente uma ação efetiva de recuperação da dignidade de uma população que foi cruelmente subalternizada pela vergonhosa escravização.

É imprescindível que o Estado e as organizações empresariais deem a atenção devida para esta situação histórica de exclusão. Não se trata de privilegiar a população negra com uma visão assistencialista. Trata-se de criar oportunidades que respeitem a dignidade humana, de fortalecer a autoestima e a identidade da população negra e de costurar um tecido social com os diferentes matizes que podem construir uma sociedade igualitária e multicultural rumo a um projeto de sociedade intercultural.

Referências

ADORNO, T. W. **O ensaio como forma**. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003. p. 15-46.

ALMEIDA, S. **O Que É Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

EURICO, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, dez. 2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10 set. 2021.

FERRO, M. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: editora UNESP, 2017.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 450-467, Set. 2012. Disponível em:

O negro no mercado de trabalho: racismo, assimetrias e educação

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7RhQZbYhtnPcbTDZL5dYhNp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 set. 2021.

MELLO, L. et al.. Uma revisão sistemática de literatura sobre o negro no mercado de trabalho. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 19, n. 36 / pgs. 53 - 63; 1º Sem 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/19425> Acesso em: 11/11/2021.

OLIVEIRA, L. F. Opção decolonial e antirracismo na educação em tempos neofascistas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 32, p. 11-29, maio 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/881>. Acesso em: 12 set. 2021.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0413.pdf>. Acesso em: 11 set. 2021.

PASSOS, R. G.; NOGUEIRA, C. M. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/FZZkz3LgK6YwyxW3jwMGRwr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 set. 2021.

PAULY, E. L. ; SILVA, G. F. A redução da idade penal e as teorias raciais: o retorno de um debate político-pedagógico que se pensava superado. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 21 (11), 2013. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/982> Acesso em: 12/11/2021.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidade/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. 6 Ed. São Paulo: Ed. Nacional; Universidade de Brasília, 1982.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SILVA, G. F.; GONZAGA, Jorge L. A. Razón, raza y descolonialidad, requisitos actuales para problemas antiguos: notas sobre y para la educación. **RUNA, Archivo para las Ciencias del Hombre**, v. 42, n. 1, p. 301-313, 31 mar. 2021. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/runa/-article/view/7663> Acesso em: 10 ago. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. São Paulo: Ed. Moderna, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/securepdfs/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma psicologia preta. *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 set. 2021.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**. A retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

YOSHIOKA, A. P.; CLARET, E. F. O negro no mundo do trabalho: descontentamentos e luta. *Revista Sem Aspas*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 118-127, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/7737>. Acesso em: 11 set. 2021.

Nota

ⁱ Ao tratar dos dados estatísticos, seguimos a nomenclatura utilizada no Anuário Brasileiro de Educação Básica 2020.

Sobre os autores

Claiton de Oliveira da Costa

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle – UNILASALLE. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação intercultural (GPEI).

E-mail: claiton.202010110@unilasalle.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8449-8699>

Gilberto Ferreira da Silva

Doutor em Educação. Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle (Unilasalle). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI). Pesquisador do CNPq.

E-mail: gilberto.silva@unilasalle.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6294-2322>

Recebido em: 13/09/2021

Aceito para publicação em: 31/10/2021